ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 8 DE FEVEREIRO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ
2º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 6.803/21, 6.805/21 e 70/22 da Presidência da República em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 80/22 do Ministério do Desenvolvimento Regional-CODEVASF informando a celebração de convênio; Ofício n. 29/22 da Secretaria de Administração do Estado da Bahia

(SAEB) em resposta a pleito da CMS; Ofícios n.s 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308 e 309/21, e 1, 2, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 30, 31 e 32/22, da Secretaria Municipal de Governo, em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 311/21 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 353/19, 288/10, 296/19, 346/17, 229/20 e 36/21, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.607 a 9.612/21; Ofício n. 315/21 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 389/21, 288/21, 356/21 e 318/21, e Projeto de Lei Complementar n. 3/21, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.613 a 9.616/21, e na Lei Complementar n. 78/21; Ofício n. 10/22 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n. 390/21, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 9.618/22; Ofícios n.s 374, 375, 376 e 377/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 34.965/21, 34.997/21, 35.026/21 e 35.039/21, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Ofício n. 3/22 da Secretaria municipal de Mobilidade encaminhando declaração em atendimento à legislação federal e a diretrizes municipais; Mensagem n. 1/22 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei n. 10/22; Veto parcial n. 1/22 do Executivo Municipal; Projeto de Lei Complementar n. 1/22 do vereador Augusto Vasconcelos; Projetos de Lei n.s 1 a 5/22 do vereador Anderson Ninho, 6 e 7/22 do vereador André Fraga, 8/22 do vereador Cláudio Tinoco, 9/22 do vereador André Fraga, 11/22 do vereador Anderson Ninho, 12/22 do vereador Hélio Ferreira, 13/22 do vereador Anderson Ninho e 14/22 do vereador André Fraga; Projetos de Indicação n.s 1/22 da vereadora Ireuda Silva, 2/22 do vereador Anderson Ninho e 3/22 da vereadora Roberta Caires; Projetos de Resolução n.s 1/22 do vereador Julio Santos, 2/22 da vereadora Roberta Caires, 3/22 do vereador Daniel Alves, 4/22 da vereadora Marta Rodrigues e 5/22 do vereador Fábio Souza; Requerimentos n.s 1 a 3/22 da vereadora Ireuda Silva, 4 a 8/22 do vereador Julio Santos, 9 e 10/22 do vereador Alexandre Aleluia, 11 a 21/22 da vereadora Laina Crisóstomo, 22 a 30/22 do

vereador Ricardo Almeida, 31 e 32/22 da vereadora Marta Rodrigues e 33 a 42/22 do vereador Teo Senna; Requerimento de Utilidade Pública n. 1/22 do vereador Ricardo Almeida; e Moções n.s 1/22 do vereador Joceval Rodrigues, 2/22 da vereadora Roberta Caires, 3/22 do vereador Emerson Penalva, 4/22 da vereadora Marta Rodrigues, 5 a 19/22 do vereador André Fraga, 20/22 do vereador Luiz Carlos Suíca, 21/22 da vereadora Roberta Caires e 22/22 do vereador Marcelo Maia. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, o vereador Edvaldo Brito registrou ser um ano de eleições presidenciais no País. Considerou que o presidencialismo brasileiro tinha um caráter imperial, que fazia o Legislativo parecer subsidiário do Executivo. Expôs como a Casa poderia colaborar com o Executivo exercendo plenamente o seu papel. Lembrou a liderança do senhor presidente na questão em que uma interpretação normativa conseguira impedir uma indevida mistura entre servidores do Legislativo e do Executivo. O senhor presidente determinou um minuto de silêncio pelo falecimento da empresária Néa Vasconcelos, esposa de seu amigo Nei Vasconcelos. Foi cumprido o minuto de silêncio. O vereador Augusto Vasconcelos destacou a sua assunção da liderança da Oposição e anunciou Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre o aumento no IPTU. Expôs sobre ações que realizava, com munícipes, para apurar distorções e possíveis fraudes nesse tributo. Mencionou imóveis idênticos com valores distintos e imóveis luxuosos que pagavam menos do que imóveis simples. Explicou que não era contra a arrecadação tributária e alertou que os problemas se agravariam no futuro. A vereadora Marcelle Moraes destacou o início das obras do Hospital Municipal Veterinário, em 7 de janeiro. Lembrou a luta sua e dos protetores para essa realização, expondo as dificuldades desses protetores e o risco de zoonoses. Mencionou outras demandas que também havia sobre os animais. A vereadora Marta Rodrigues pediu posicionamento da Casa sobre loja do Aeroporto que vendia, como lembranças, objetos retratando pessoas escravizadas. Contou que o mandato Pretas por Salvador movera medida a respeito e sublinhou que os

objetos banalizavam a escravidão. Questionou por que não destacavam importantes personalidades negras e lembrou que a violência contra o negro seguia existindo. Pediu atenção à educação pública municipal, denunciando problemas como a retirada de professores de artes. O vereador Henrique Carballal rebateu a fala do vereador Augusto Vasconcelos, contestando a existência de abusividade na majoração do IPTU. Relatou que recebera movimento que apontava distorções nesse tributo, e que não se provara haver problemas. Considerou que essas acusações tinham motivação política, contrária ao prefeito, e indagou por que não traziam à tona os aumentos expressivos de tributos estaduais. Criticou o governador do Estado pelas restrições a atividades culturais enquanto as escolas tinham lotação máxima. Pela ordem, a vereadora Maria Marighella pediu a retirada de termo usado pelo orador, o qual considerava ofensivo, e o pedido foi deferido. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal pediu que a vereadora Maria Marighella criticasse o Governo do Estado em Plenário. O vereador Sílvio Humberto também criticou o modelo de IPTU vigente, historiando fatos de 2013 e 2018 que considerou terem originado as distorções que apontava. Expôs por que a trava criada beneficiava os mais abonados e declarou apoio ao movimento *IPTU justo*. Defendeu a atualização da Planta Genérica, ação que o prefeito não realizara. Também repudiou a ação racista no Aeroporto. O senhor presidente informou que, em razão da reunião do Colégio de Líderes, às 16h, os tempos de fala seriam reduzidos para dois minutos. Nas **Representações Partidárias**, a vereadora Laina Crisóstomo repudiou o termo já removido da Ata, apontando-lhe preconceito, e também repudiou a ação racista no Aeroporto. Concordou com as críticas ao IPTU e registrou violência sofrida por professora. O vereador Átila do Congo denunciou o assassinato de motorista de Uber, elogiando as ações do secretário de Segurança Pública e de policiais militares, as quais levaram à prisão da maioria dos criminosos envolvidos. Defendeu penas mais duras para esse tipo de criminoso e pediu que, ao menos, os bandidos respeitassem a vida de

trabalhadores. Criticou o aumento do preço de gás natural veicular (GNV) pela Bahiagás. O vereador Alexandre Aleluia repudiou a invasão de igreja, em Curitiba, durante ato religioso, explicando que a ação fora movida por membro do PT. Afirmou que não existia cristão de esquerda e que havia motivações hostis nos esquerdistas. Lembrou o assassinato de religiosos, no passado, por comunistas soviéticos e chineses. Pela ordem, o vereador Augusto Vasconcelos pediu que fosse retirada a acusação de que comunistas estariam por trás de agressões religiosas, lembrando que o antigo Partido Comunista fora responsável pela introdução do respeito religioso na legislação, através do então deputado Jorge Amado. O vereador Cláudio Tinoco disse que o Governo do Estado tinha uma "caixa-preta" e rebateu a fala do governador sobre vereadores defenderem interesses financeiros. Contou ter feito interpelação judicial contra essa atitude do gestor, de quem cobrou um posicionamento. Criticou, ainda, o governador por declarar não ter tempo para escutar vereadores. Disse que, junto a outros agentes públicos, apurava um possível crime de responsabilidade na postura do Governo do Estado em se recusar a prestar informações cujo fornecimento era obrigatório por lei. Repudiou o assassinato de uma mulher grávida por um vereador de Santo Estêvão. Observou que esse vereador fora afastado e pediu que ele fosse expulso da Câmara Municipal daquele Município. O vereador Anderson Ninho declarou satisfação em exercer seu mandato representando instrutores de trânsito. Elogiou obra viária na região de Pau da Lima. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia e pedindo aos líderes que se encaminhassem à reunião que seria iniciada.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO